NOTA TÉCNICA - Defasagem da carreira do PCCTAE

Os Técnicos Administrativos em Educação (TAES) atuam em toda a Rede Federal de Ensino, tanto nas Universidades quanto nos Institutos Federais, Cefets, Colégio Pedro II, INES (Instituto Nacional de Surdos), e IBC (Instituto Benjamin Constant). Lotados nas mais de 700 unidades educacionais espalhadas pelo país, os TAES são mais de 225 mil servidores que atendem a mais de 2 milhões de estudantes. Assistentes sociais, pedagogos, enfermeiros, técnicos de laboratório, técnicos em enfermagem, contadores, assistentes de alunos, químicos, biólogos, auxiliares e assistentes em administração, psicólogos, técnicos e analistas de tecnologia da informação, nutricionistas, engenheiros, e comunicadores são alguns dos cargos ocupados pelos profissionais que compõem o PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação) e que atuam diretamente no tripé ensino, pesquisa e extensão da Educação Federal brasileira junto com a comunidade docente e discente.

Historicamente, o corpo técnico administrativo tem sido invisibilizado nas instituições educacionais federais. Os TAES não têm paridade nas decisões da comunidade universitária, e, segundo dados do Observatório de Pessoal do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), são a categoria com a pior remuneração do serviço público federal. Além disso, apesar de serem 23% dos servidores federais em atividade, correspondem a 49% dos afastamentos de saúde, de acordo com dados do Painel Estatístico de Pessoal, também do MGI. Esses dados alarmantes têm como consequência que o PCCTAE é a carreira que apresenta uma taxa de desligamentos a pedido superior a 70%. Nos últimos três anos, em média, três de cada quatro TAES que ingressaram na carreira saíram em busca de melhores condições de trabalho, e com a abertura do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), a tendência é de agravamento desse quadro. A defasagem salarial dos TAES implica não somente na precarização das condições de vida desses trabalhadores e de seus familiares, mas, igualmente, por óbvio, na decadência na qualidade da prestação de seus serviços à sociedade devido à rotatividade dos profissionais na carreira.

Essa invisibilidade da categoria desencadeou uma ampla mobilização para votação em favor da proposta de Reestruturação da Carreira e Recomposição salarial dos TAES do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE) apresentada na plataforma do Brasil Participativo, programa de participação popular no planejamento orçamentário do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. A proposta de valorização da carreira dos TAE obteve mais de 77 mil votos e ficou classificada em primeiro lugar no eixo da Educação e terceiro lugar geral dentre todas as proposições, o que garantiu a abertura da Mesa de Negociação Específica do PCCTAE em 04 de setembro de 2023. Entretanto, até março de 2024, após mais de seis meses da abertura da mesa, nenhuma oferta de contraproposta havia sido sequer apresentada, enquanto nove categorias assinavam acordo à frente dos TAES e encerravam suas mesas.

Os técnicos administrativos em educação das Instituições Federais de Ensino (IFE) são representados por duas entidades sindicais. A FASUBRA, que representa os servidores técnicos das Universidades Federais, e o SINASEFE, que representa tanto técnicos quanto docentes dos Institutos Federais. A FASUBRA deflagrou greve nacional há mais de 40 dias, após negociações improdutivas na 3ª reunião da Mesa específica, ocorrida no dia 22 de

fevereiro. Na ocasião, o governo não apresentou proposta de reestruturação da carreira, e acenou somente com valores já apresentados para a mesa geral de toda a categoria do serviço público, com índices de 4,5% para 2025 e 4,5% para 2026, muito abaixo das perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos. De acordo com a FASUBRA, no Informe de Greve de 23 de abril, 66 universidades se encontram paralisadas. O SINASEFE deflagrou sua greve no início de abril e até agora, segundo o Comando Nacional de Greve (CNG) do SINASEFE, até a última segunda-feira, mais de 70 seções sindicais também já paralisaram suas atividades em mais de 518 unidades da Rede Federal.

No dia 21/05 a greve nas IFE ganhou seu mais recente capítulo: a quinta rodada de reuniões da Mesa Específica de Negociação do PCCTAE no âmbito do MGI. Importante destacar que, pela primeira vez, as reuniões das carreiras Docente e TAE foram realizadas em dias diferentes, tendo a reunião com os docentes ocorrido no dia 15/05. Estão sendo discutidas nas mesas específicas da Educação tanto as reestruturações das carreiras dos docentes quanto dos servidores técnicos-administrativos em Educação. Os índices de reajustes oferecidos às duas categorias foram de 9% em 2025 e 5% em 2026 no vencimento básico (tabela 1). Esse índice representa um aumento de 1,5% em relação à proposta anterior, de 9% em 2025 e 3,5% em 2026, oferecidos nas reuniões do dia 19/04. Desta forma, a educação continua tendo como proposta os menores reajustes oferecidos até aqui, dentre todas as categorias que tiveram suas carreiras negociadas com o governo (tabela 2). Essa situação se apresenta como uma contradição às diretrizes divulgadas pelo próprio Ministério da Gestão e Inovação, que sinaliza que um dos objetivos das reestruturações de carreiras nas mesas específicas é reduzir as disparidades salariais no serviço público. Ao oferecer o menor índice de recomposição salarial aos TAES, que já recebem os menores pisos do executivo federal, o governo acentua ainda mais a desigualdade de remuneração enfrentada pela categoria (tabela 3).

O PCCTAE (o plano de carreira dos TAES), é hoje uma das carreiras mais complexas no executivo federal. Ao mesmo tempo em que a categoria recebe os menores salários, também é umas das categorias em que os servidores precisam alcançar as maiores formações acadêmicas para alcançar o teto de remuneração. O PCCTAE também apresenta uma categoria extremamente qualificada, com 90% dos servidores do nível superior apresentando escolaridade acima do requisito mínimo de entrada nos cargos. Um servidor técnico-administrativo em educação só consegue chegar à remuneração do teto da carreira se fizer doutorado. O teto salarial de um TAE com doutorado (R$ 15.877,79) é menor que o teto salarial da maioria das outras categorias, que exigem apenas o diploma de curso superior para ser alcançado. Em outra comparação, o teto salarial desse mesmo servidor TAE é pouco maior que o piso de servidores de algumas carreiras (escrivão da PF - R$ 13.900,54, em 2024; R$ 14.710,70 em 2026).

Ao oferecer o mesmo índice de reajuste aos TAES e docentes, o governo traz também um tensionamento indesejado ao movimento unificado da Educação. Docentes e TAES tiveram uma evolução remuneratória diferenciada ao longo dos últimos 7 anos, que resultaram em diferentes índices de defasagens salariais, calculados pelo DIEESE (tabela 4, figura 1). A situação foi apresentada pelo FONASEFE na Mesa Nacional de Negociação Permanente, onde foi reivindicado o índice de 21% para os docentes e 34% para o TAES. Ao trazer as negociações de reajustes para as mesas específicas, a expectativa era que os índices acompanhassem esse mesmo direcionamento, fato que não aconteceu.

Além dos percentuais de remuneração, pontos importantes da estrutura da carreira dos TAES, exaustivamente discutidos em um grupo de trabalho formado por MEC, MGI, Entidades Sindicais e representantes das Universidades e IFs, não foram apresentados pelo secretário José Feijóo na proposta do dia 19/04. Pontos importantes, como ferramentas para que os técnicos alcancem o teto da carreira (RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências) e correções de distorções internas de remuneração, que tiveram parecer favorável no relatório desse grupo de trabalho, não foram incluídos na estrutura proposta pelo governo.

Se por um lado o PCCTAE é cheio de contradições, por outro a carreira dos TAES parece ser um retrato do universo do trabalho no Brasil. O PCCTAE é uma carreira formada majoritariamente por mulheres e, por uma dura coincidência, passa por um dos problemas mais enfrentados pelas mulheres, a invisibilização (tabela 5, figura 1). No universo da educação, a última menção, quando ocorre, é à servidora e ao servidor TAE, ainda que seja parte essencial para que o eixo ensino-pesquisa-extensão funcione adequadamente. Também encontramos um paralelo com a desvalorização da mulher no mercado de trabalho onde, com a mesma ou maior qualificação, as mulheres recebem menos do que os homens. As mulheres somam 61% do total de servidores dos cargos de nível superior no PCCTAE, ou seja, são maioria naqueles cargos de escolaridade comparável a das carreiras policiais, por exemplo, predominantemente formadas por homens e brutalmente melhor remuneradas. As mulheres são ainda a maioria dentre servidores que possuem escolaridade superior à exigida pelo cargo, sendo 61% dos TAES com mestrado e 60% dos TAES com doutorado.

TABELA 1. REMUNERAÇÃO DOS TAES APÓS REAJUSTES PROPOSTOS EM 2026

Nível de Classificação	Padrão	Vencimento atual	Após reajuste proposto
A (Nível Auxiliar)	Inicial	1.446,12	1.825,39
	Final	2.879,28	3.634,42
B (Nível Auxiliar)	Inicial	1.750,99	2.086,16
	Final	3.486,29	4.153,62
C (Nível Médio)	Inicial	2.120,13	2.607,70
	Final	4.221,26	5.192,03
D (Nível Médio)	Inicial	2.667,19	3.181,39
	Final	5.310,48	6.334,27
E (Nível Superior)	Inicial	4.556,92	5.215,39
	Final	9.073,01	10.384,06

TABELA 2. TETO DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR DAS CARREIRAS REESTRUTURADAS			
CARREIRA	TETO REMUNERAÇÃO 2023	TETO REMUNERAÇÃO 2026	REAJUSTE
Analista em Tecnologia da Informação - ATI	R$ 9.728,38	R$ 21.613,10	122,2%
Polícia Penal Federal - PPF	R$ 11.289,70	R$ 20.000,00	77,2%
Ministério do Meio Ambiente - MMA(1) (2)	R$ 16.841,95	R$ 21.893,40	30%
Polícia Rodoviária Federal - PRF	R$ 18.042,00	R$ 23.000,00	27,5%
Analista Técnico em Políticas Sociais - ATPS	R$ 16.577,19	R$ 21.070,00	27,1%
Polícia Federal (agente, escrivão, papiloscopista) - PF	R$ 20.330,45	R$ 25.250,00	24,2%
Banco Central(1) - Bacen	R$ 29.832,94	R$ 36.690,97	23%
Polícia Federal (delegado, perito) - PF	R$ 33.721,23	R$ 41.350,00	22,6%
Agência Nacional de Mineração - ANM	R$ 18.715,75	R$ 22.929,74	22,5%
Técnicos Administrativos em Educação - PCCTAE(1) (2)	R$ 15.877,79	R$ 18.172,10	14,45%

(1) - Última proposta apresentada pelo MGI
(2) - Exigência de Doutorado para atingir o teto (no PCCTAE ~10% dos servidores dos cargos de nível superior)

TABELA 3. PISO DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR DAS CARREIRAS REESTRUTURADAS			
CARREIRA	PISO REMUNERAÇÃO 2023	PISO REMUNERAÇÃO 2026	REAJUSTE
Analista em Tecnologia da Informação - ATI	R$ 5.488,70	R$ 11.150,80	103,2%
Polícia Penal Federal - PPF	R$ 5.894,62	R$ 9.100,00	54,4%
Ministério do Meio Ambiente - MMA(1)	R$ 8.817,72	R$ 9.390,38	6,5%
Polícia Rodoviária Federal - PRF	R$ 5.555,49	R$ 12.253,84	120,6%
Analista Técnico em Políticas Sociais - ATPS	R$ 8.011,96	R$ 9.711,00	21,2%
Polícia Federal (agente, escrivão, papiloscopista) - PF	R$ 13.649,53	R$ 14.710,10	7,8%
Banco Central(1) - Bacen	R$ 20.924,80	R$ 25.737,50	23%
Polícia Federal (delegado, perito) - PF	R$ 25.825,09	R$ 27.831,70	7,8%
Agência Nacional de Mineração - ANM	R$ 10.800,87	R$ 16.413,35	52,0%
Técnicos Administrativos em Educação - PCCTAE	R$ 4.556,92	R$ 5.215,4	14,45%

TABELA 4. COMPARAÇÃO DOS TETOS DAS CARREIRAS TAE E DO MAGISTÉRIO SUPERIOR NO DECORRER DOS ANOS					
ANO	TETO DOCENTE(3)	TETO TAE-NS	DIFERENÇA NOMINAL	DIFERENÇA DE PERCENTUAL ENTRE OS TETOS	CORRELAÇÃO SALÁRIO TAE/DOCENTE
2010	R$ 11.424,45	R$ 9.887,50	R$ 1.536,95	15,54%	86,55%
2011	R$ 11.424,45	R$ 9.887,50	R$ 1.536,95	15,54%	86,55%
2012	R$ 11.881,43	R$ 9.887,50	R$ 1.993,93	20,17%	83,22%
2013	R$ 13.790,14	R$ 9.887,50	R$ 3.902,64	39,47%	71,70%
2014	R$ 15.956,07	R$ 9.887,50	R$ 6.068,57	61,38%	61,97%
2015	R$ 17.057,74	R$ 12.555,88	R$ 4.501,86	35,85%	73,61%
2016	R$ 17.995,92	R$ 13.246,48	R$ 4.749,44	35,85%	73,61%
2017	R$ 18.895,71	R$ 14.566,77	R$ 4.328,94	29,72%	77,09%
2018	R$ 19.985,24	R$ 14.566,77	R$ 5.418,47	37,20%	72,89%
2019	R$ 20.700,12	R$ 14.566,77	R$ 6.133,35	42,11%	70,37%
2020	R$ 20.700,12	R$ 14.566,77	R$ 6.133,35	42,11%	70,37%
2021	R$ 20.700,12	R$ 14.566,77	R$ 6.133,35	42,11%	70,37%
2022	R$ 20.700,12	R$ 14.566,77	R$ 6.133,35	42,11%	70,37%
2023	R$ 22.377,72	R$ 15.877,78	R$ 6.499,94	40,94%	70,95%
2024	R$ 22.377,72	R$ 15.877,78	R$ 6.499,94	40,94%	70,95%
2025	R$ 24.802,62	R$ 17.306,76	R$ 7.495,86	43,31%	69,77%
2026	R$ 26.326,81	R$ 18.172,10	R$ 8.154,71	44,87%	69,02%

(3) - Exigência de Dedicação Exclusiva para atingir o teto (~85% da categoria docente)

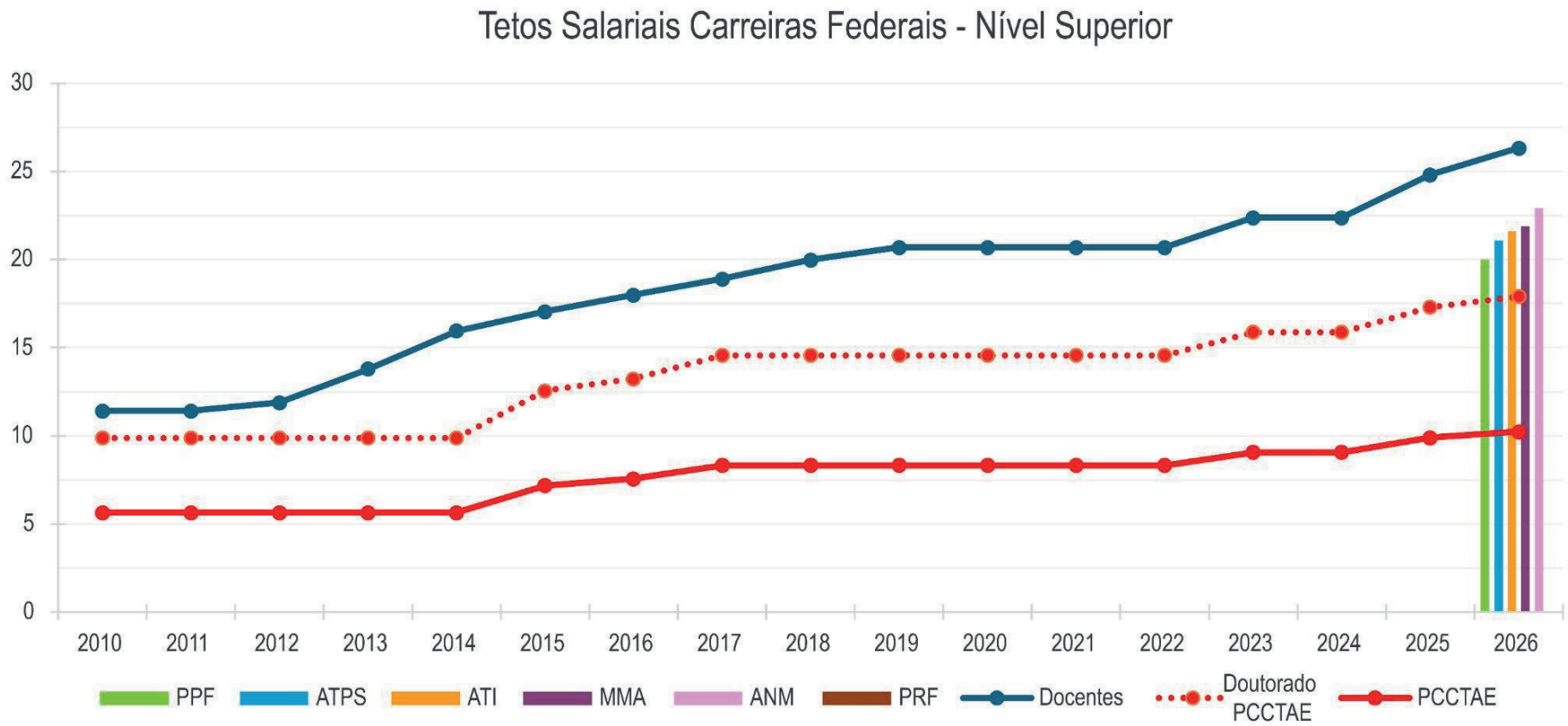

Figura 1. Teto comparativo das carreiras federais: Polícia Penal Federal (superior completo), Analista Técnico de Políticas Sociais (superior completo), Analista em Tecnologia da Informação (superior completo), Ministério do Meio Ambiente* (superior com doutorado), Agência Nacional de Mineração (superior completo), Docentes, PCCTAE - Nível E* (**superior com doutorado**) e PCCTAE - Nível E*. * Reajuste oferecido na Mesa específica de negociação.

TABELA 5. DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		
	Técnicos Administrativos em Educação	**Executivo Federal**
Mulheres	52%	41,6%
Homens	48%	58,4%

5ª MESA ESPECÍFICA E TEMPORÁRIA

A 5ª reunião da mesa específica e temporária de reestruturação do PCCTAE ocorreu dia 21 de maio de 2024, no bloco C da Esplanada dos Ministérios, no MGI, com participação das entidades sindicais que representam os TAES e as secretarias de gestão de pessoas (SGP) e relações de trabalho (SRT) deste ministério.

A reunião foi mais uma frustração para a categoria que se mobilizou em caravanas, vindas de vários estados e aguardava o resultado na porta do ministério. As mudanças na proposta do governo, em relação à 4ª reunião, foram anunciadas sob vais da categoria e gritos para que o presidente Lula assuma as negociações. Os pontos considerados avanços pelo governo foram: 1,5% a mais no índice geral de recomposição salarial para 2026 e mais 1% a um dos cinco níveis que compõe a categoria (nível D - NI no PEP), ponto esse que causou estranheza à maioria dos componentes da mesa pois não havia sido solicitado por nenhuma das entidades, FASUBRA e SINASEFE.

A condução das negociações pelos mediadores do MGI, José Lopez Feijóo (SRT) e José Celso Cardoso Jr. (SGP), vem gerando muita insegurança na base de trabalhadores TAES e levantando muita suspeições a respeito da construção do processo. Ocorre que as próprias diretrizes de carreira anunciadas pelo MGI e explicitadas nas apresentações do governo não estão sendo respeitadas nas propostas para a categoria. Seguem exemplos:

"Reestruturação de carreiras:
▪ Harmonização das funções, atribuições e cargos
▪ Equalização e aprimoramento das estruturas remuneratórias
▪ Gratificações para atendimento de políticas públicas (e.g. local de exercício da função)
Rejeitando-se:
▪ Tratamento diferenciado a cargos de mesma natureza e complexidade"

O PCCTAE é uma carreira com uma das piores remunerações do serviço público federal e ainda assim recebeu propostas com o menor índice de recomposição salarial. O investimento previsto para 2026 na folha de pagamento dos TAES é a metade (3,2bi) do valor investido na carreira docente federal (6,8bi). Nessa perspectiva, o resultado é o justamente o oposto ao discurso da gestão, gerando aumento das distorções remuneratórias no serviço público. Sendo o magistério federal a carreira de origem da Ministra da pasta, a insegurança gerada na categoria é ainda maior. A distorção não ocorre apenas entre as carreiras da educação, apresentam-se também na comparação do

PCCTAE com outras carreiras do executivo federal (Figura 1), inclusive carreiras recentemente reestruturadas. Essa perspectiva é agravada pelo requisito de qualificação do título de doutorado para que um TAE alcance o teto remuneratório, independente do nível de escolaridade do cargo, sendo que na maioria das carreiras do executivo os tetos remuneratórios são alcançados apenas com a graduação.

Soma-se à sequência da negociação o não cumprimento de proposições acordadas em Grupo de Trabalho instituído pelo Ministro da Educação (GT Reestruturação) para a análise das propostas; composto por representantes das entidades sindicais, MEC e MGI. Muitos pontos do relatório desse GT, onde houveram avanços e concordâncias entre as partes, não foram incluídos na proposta apresentada nas mesas de negociação. Pontos importantes discutidos tecnicamente foram ignorados na construção da proposta, enquanto pontos não debatidos são propostos, aumentando ainda mais a insegurança e insatisfação da categoria. Nessa condição, é plausível o questionamento da categoria quanto à legitimidade do processo e a real disposição para a implementação da política de valorização da educação apresentada dos discursos do governo.

A soma desses fatos traz uma grande insatisfação da categoria com o governo que segue em greve cobrando seus direitos e a reposição de suas perdas ao longo dos últimos anos.

CONCLUSÃO

Considerando o contexto e os elementos de diagnóstico apresentados nesta Nota Técnica, a solução mais viável aponta para uma reestruturação e uma recomposição orçamentária apropriada do PCCTAE com a aproximação remuneratória justa entre a carreira dos TAE e as demais do serviço público federal. Essa solução estaria em linha com os discursos e diretrizes que vêm sendo divulgadas pela Exma. Ministra Esther Dweck, pelo Secretário de Gestão de Pessoas José Celso Cardoso Jr. e pela Controladoria Geral da União, garantindo que o PCCTAE possa acompanhar as outras carreiras do funcionalismo federal e recuperar sua defasagem no cenário do serviço público federal.

Fica evidente que a manutenção do cenário de descaso com a educação implica no severo risco de desarticular uma das principais políticas públicas do atual governo, a expansão do sistema federal de ensino, que historicamente funcionou e ainda funciona como uma porta de acesso à fração menos favorecida socioeconomicamente da população à condições mais dignas de vida, por meio da formação educacional de excelência.

Referências

1. Painel Estatístico de Pessoal - Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos http://painel.pep.planejamento.gov.br/
2. Observatório de Pessoal do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI)
3. https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/programas/f/2/proposals/1545
4. Relatório de Avaliação Rede Federal de Universidades, ciclo 2021, CGU
5. Campanha Salarial FONASEFE 2024
6. Relatório do GT Reestruturação - MGI, MEC, SINASEFE, FASUBRA, CONIF, ANDIFES